

Senadores não querem fim do bicameralismo

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os senadores Nelson Carneiro e Humberto Lucena, ambos do PMDB e postulantes à presidência do Senado, disseram ontem que a manutenção do bicameralismo é condição essencial para que a federação seja preservada. Tanto o representante do Rio de Janeiro quanto o da Paraíba argumentaram que o eventual desaparecimento do Senado abriria o caminho para o fortalecimento desmedido de Estados já política e economicamente poderosos, em detrimento à grande maioria das unidades federativas que se encontram, exatamente, na situação oposta.

Nelson Carneiro reconheceu que o Senado precisa ser fortalecido a partir da respeitabilidade que consiga projetar junto à opinião pública e para isto terá, não só de dar exemplos de competência e probidade administrativa — "isto aconteceu na gestão do presidente José Fragelli" —, mas também readquirir prerrogativas perdidas e incorporar outras, entre elas, o poder de participar, efetivamente, na formulação e fiscalização da política externa.

O senador fluminense anunciou que defenderá o parlamentarismo, na Assembleia Nacional Constituinte, e que defende a eleição direta do presidente da República, a quem incumbiria a indicação do Primeiro Ministro, que poderia ser tentada uma segunda vez se a Câmara rejeitasse a primeira.

Carneiro vê com reservas o mecanismo clássico do parlamentarismo que consagra a dissolução do Congresso, seguido de novas eleições em trinta dias. Entende que tal sistemática poderia trazer transtornos à administração e mesmo à atividade produtiva do País. O senador paraibano julga que, de uma forma ou de outra, o parlamentarismo terá de ser implantado, e defende o voto distrital como condição indissociável do sistema, e moralizadora das eleições.

Nelson Carneiro lembra que existe em tramitação projeto de iniciativa do senador, hoje ministro, Jorge Bornhausen, que em seu entendimento se ajusta às conveniências do País, na medida em que considera as suas peculiaridades para promover a transição do presidencialismo, autoritário e concentrador de poderes, para o parlamentarismo das decisões compartilhadas e descentralizadas.